

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

N. 144 - Março de 1978

**56 anos do PCB:
como construir
o futuro?**

(pág. 5)

EDITORIAL

Eleições já não são só protesto

As restrições de certos setores da oposição à participação no processo eleitoral foram vencidas há muitos anos. Quem não estava convencido teve oportunidade de aprender com o povo.

Hoje, trata-se de dar mais um passo adiante no caminho da conscientização e compreender que o processo eleitoral, no Brasil, não tem apenas a dimensão plebiscitária da manifestação de descontentamento e protesto contra a ditadura. Ele tem isso e algo mais.

A grande questão, neste momento, a sete meses das eleições, é a de determinar a importância e o peso deste pleito. Isto é: de forma geral, o papel que ele desempenhará em aprofundar a decadência do regime, em levar mais longe seu isolamento, em tornar mais evidente a distância que o separa das aspirações nacionais e populares.

Mas há algo que se deve acrescentar: as eleições, mais do que antes, são agora um momento importante da luta pelas reivindicações mais sentidas da maioria, de vastos setores da população trabalhadora. Elas podem representar um elemento de pressão importante, em alguns casos decisivo, para a obtenção de certas reivindicações. E a oposição tem que transformar esta possibilidade em objetivo concreto.

A primeira condição para o êxito de uma ação política de tal envergadura consiste sem dúvida em contrapor-se e paralisar a ofensiva que o regime desenvolve para desorientar e dividir a oposição. E, em primeiro lugar, desarticular a unidade do MDB. O ideal, para Gelsel, Figueiredo, Golbery e outros expoentes da ditadura seria que o partido da oposição se apresentasse ao corpo eleitoral, em novembro, desunido, confuso e incapaz de alcançar a vitória que as condições atuais lhe permitem obter.

Nessa ofensiva, uma peça importante é a maneira como o governo, através de seus porta-vozes na ARENA e com a ajuda mesmo de opositoristas, estimula hoje a discussão da reorganização partidária. Realizar tal discussão desligada do esforço que deve anteceder-lhe para criar as condições de um pluralismo partidário livre e democrático

seria cair na armadilha dos fascistas.

O grande tema do momento é, pois, o da preparação do MDB para uma grande vitória em novembro.

Estabelecer, desde já, seu programa de oposição. Um programa amplo, unitário, simples e bem claro em seus objetivos. Um programa capaz de unir forças que existem, que atuam, mas que nem sempre estabelecem de forma concreta e voluntária o contato que entre elas deve haver para um combate comum e único contra a política da ditadura.

Um programa que mostre a ligação entre a campanha da Anistia, no plano imediato, com a luta permanente pela convocação da Constituinte, como única forma democrática e duradoura de reorganização da vida política nacional, através de um acordo entre todas as forças interessadas na substituição do atual regime por um regime democrático. Um programa que vincule a dimensão da luta pelas liberdades democráticas à dimensão da luta pela soberania nacional e que, insistentemente, contemple as reivindicações urgentes e mais sentidas das grandes massas trabalhadoras, dos setores descontentes do empresariado nacional, da intelectualidade, da juventude, das mulheres.

A campanha eleitoral deve, já agora, começar a concentrar a atenção e o esforço de mobilização e organização de todos os setores responsáveis do movimento de massas e da opinião pública. Nada deve perturbar este esforço. Todos os temas importantes, como os da recuperação nacional e da reconciliação das forças democráticas, devem ser levantados no curso da campanha. Milhões de brasileiros podem hoje ser incorporados à resistência à ditadura para, amanhã, estar em condições de tomar em suas mãos a iniciativa, passar à ofensiva para a liquidação do regime que há 14 anos nos oprime.

Uma grande vitória em novembro é possível. Uma vitória maior ainda do que em 1974. Mas ela não está assegurada de antemão, não vai ocorrer pela mera ação de tendências espontâneas. Tudo depende do empenho, da unidade e da inteligência da oposição à ditadura. Mais concretamente, do empenho, da unidade e da inteligência do MDB.

**Chagas e seus
mandantes face
ao voto do Rio**

(pág. 2)

**Restabelecer a
verdade sobre a
Reforma Agrária**

(pág. 4)

**Economia em '77:
fim do «milagre»
é recessão?**

(pág. 8)

**França e Itália
na luta para
unir o povo
contra a reação**

(pág. 7)

eleições

Chagas a serviço do projeto «trabalhista» da ditadura

Chagas Freitas utiliza muita gente para realizar seus planos. Planos menores, de reizinhar de aldeia, compatíveis com seus horizontes mentais. Para os grandes planos, porém, seus chefes é que o utilizam.

Já não é de hoje que se denuncia a política praticada por Chagas como sendo uma política a serviço da ditadura. Esta constatação não explicaria as coisas se não fosse acompanhada de outra: a de que ele, tendo de fazer uma política de alianças, foi, aqui e ali, obrigado a compor com forças que eram, em graus variáveis, populares e democráticas.

Hoje, no entanto, deram a Chagas uma tarefa mais radical e ostensiva: a de utilizar seus recursos políticos, jornalísticos e outros para ser o chefe da quinta-coluna da ditadura no seio das hostes populares do Estado do Rio, quando chegar a hora da «reformulação partidária». Seu prêmio, a volta ao governo estadual, desta vez de um Estado maior.

Por trás disso está uma manobra ambiciosa da ditadura: controlar uma contração de trabalhismo apta a recolher grandes votações sob a bandeira de defesa dos interesses populares, com base numa tradição de várias décadas. É capaz de introduzir a confusão do lado de cá, de forma duradoura.

A bandeira rebelde da luta antiditatorial passou a maior parte dos últimos 14 anos cravada no território carioca porque nunca se conseguiu, com toda a violência, desmantelar a consciência, a tradição, a gerra oposicionista da ex-Cidade Maravilhosa.

TRADIÇÃO DEMOCRÁTICA

Isto vem de longe. Para simplificar, tomemos o referencial de 1945: quando o povo foi às urnas, no processo da redemocratização, o Partido Comunista Brasileiro obteve na então Capital do país resultados que hoje seriam considerados espetaculares. A maior bancada individual na Câmara de Vereadores do Rio era a do PCB, com 18 em 50 vereadores (36% dos eleitos).

Apesar da repressão desencadeada contra o PC e outras forças progressistas e democráticas pelo governo de Dutra, apesar da linha sectária e voluntarista que refletiu os golpes sofridos, a recuperação não tardou. Luiz Carlos Prestes lembrava recentemente que a maior faixa do comício de encerramento da campanha presidencial de Juscelino, realizado no Rio, pedia a legalização do PCB.

A eleição de Lacerda, com 33 mil votos de diferença sobre Sérgio Magalhães, só foi possível graças ao suborno de um Chagas Freitas da época, Tenório Cavalcanti, que errou mais de 200 mil votos sob a capa de defensor dos interesses populares. Já em 1962, Leonel Brizola, candidato do PTB, obteve a maior votação da história da Câmara de Deputados, com 267 mil votos (25,6% do eleitorado). O resto é história recente: a eleição de Negrão de Lima para o governo estadual, em 1965, com o apoio de uma coligação PTB/PSD, os movimentos de massa de 1968 etc.

Não pretendemos, aqui, destilar um «regionalismo» desprovido de sentido. Queremos apenas confrontar este quadro do Rio de Janeiro, onde, infelizmente, apesar de

várias exceções localizadas, a começar de Santos, as coisas não ocorreram da mesma maneira. E o problema é que em São Paulo, desde o início do século, está concentrado, cada vez mais concentrado, o grosso do operariado fabril brasileiro. Mas São Paulo já há alguns anos vem assumindo um papel político mais compatível com seu peso específico. E é, cada vez mais, o grande centro político nacional.

SONHOS DE GOLBERY

Buscamos a comparação Rio/São Paulo para voltar aos dias atuais e aos intentos da ditadura. De certa forma, o papel confiado a Chagas Freitas seria o de tentar fazer o Rio retroceder ao estágio político ostentado por São Paulo durante três ou quatro décadas. Seria inclusive uma forma de atrair a liberação de São Paulo de seu passado político-partidário confusionalista, da herança dos Ademar de Barros, Jânio Quadros e Cacareco.

Um dos grandes problemas da reação no Brasil, de forma aparentemente paradoxal, é o trabalhismo criado por Vargas. Em São Paulo, o PTB foi sempre fraco. No Rio Grande do Sul, sempre foi e continua forte. Estilizando sua herança carioca e fluminense, a ditadura atrairia sua implantação em São Paulo. Em tempo: Chagas Freitas nunca foi petebista, longe disso, mas trabalha desde 1966 com remanescentes deste partido.

Enquanto fazemos estas conjecturas, porém, a ditadura, para não dormir de touca, trata de ensaiar a implantação de um seu «trabalhismo» em São Paulo.

Golbery deve estar excitado, esfregando as mãos. «Trabalhismo» com Paulo Egydio Martins, Ademar de Barros Filho, Rafael Balducci, Laudo Natel, Delfim Neto, mesmo, que beleza! Isolar a frente democrático-trabalhista do Rio Grande do Sul, para levá-la com mais facilidade à divisão, explorando também as origens distintas dos que hoje a compõem. E, no Rio, cortar as massas populares ligadas ao sistema partidário que Chagas manobra dos amplos setores das camadas médias urbanas que funcionam politicamente em outro diapasão. Seria realmente um programa de envergadura. Golbery e seus pares certamente acreditam em seu êxito, quando mais não fosse porque não têm grandes opções. Com este esquema, talvez nem fosse indispensável impor o voto distrital, que dorme nas entranhas do «pacote» pós-eleitoral.

Uma das premissas do êxito deste projeto é a de que as forças mais consequentes do campo democrático se vejam isoladas. Outra é a de que certas lideranças tradicionais, acreditando-se diante de fatos consumados e irreversíveis, mordam a isca. Em abril de 1977, Petrólio Portela dizia: «Melhor o pacote do que um A1-6». Hoje, emprega o mesmo argumento, com um colorido mais atualizado. Ninguém ignora que as demissões de Frola e Hugo Abreu, assim como os termos da mensagem de Geisel ao Congresso, são sintomas de problemas sérios dentro das Forças Armadas. Mas é o que nem Portela, nem Geisel, nem Golbery dizem é que o acordo com que acenam à oposição está

subordinado ao acordo que resultar dos entroschamentos no interior do «sistema». Mas não precisam dizer: todo o mundo já está percebendo e é por isso que ninguém está satisfeito.

Há um certo desencanto, hoje, entre aqueles que comparam a riqueza e a energia dos movimentos de massa de 1977 e o fato de que a «sucessão» foi resolvida com a vitória do soturno chefe do SNI. Para uma comparação feita nestes termos, o resultado é sem dúvida decepcionante. Igualmente quando se constata que, como reconhecem ideólogos do próprio regime, as chamadas salvaguardas podem ser mais «eficazes» do que o A1-6, grosseiro, truculento e tão odiado. Quando se vê o que está ocorrendo na política carioca, corre-se o risco de ficar deprimido, é verdade. Certas coisas são realmente muito tristes. No Rio e alhures.

Mas quando se compreende aonde eles querem chegar, quando se vislumbram as linhas de orientação de uma luta que vise a impedi-lo e a manter a unidade básica da frente antiditatorial, o mal-estar tem que ceder lugar ao trabalho.

Aos que começam a se deixar embair pelos cantos de sireia, mostrar que eles, ao invés de participarem do isolamento das forças democráticas e populares, podem é se ver isolados. Amanhã, poderão ser obrigados ao penoso exercício de tentar sentar em duas cadeiras ao mesmo tempo. E, de qualquer forma, podem ajudar a ditadura que pretendem combater.

No terreno concreto da luta eleitoral, não confundir a árvore com a floresta. A melhor forma de combater Chagas Freitas, ou melhor, seus mandantes, é não aceitar as manobras de divisão do campo democrático no Rio de Janeiro. Se a unidade acordada pela cúpula emedebista fluminense é, no mínimo, espúria, a unidade dos emedebistas, dos oposicionistas e do eleitorado não o é. Não se pode aceitar nem, o que é pior, favorecer qualquer tipo de isolamento, de discriminação dos candidatos que não estão nem com Chagas nem com a ditadura. Nem ostentar, por outro lado, veleidades estúpidas de «pureza ideológica» (?). Ou será que a «pureza ideológica» substitui a intervenção das massas?

Não faltarão candidatos, muitos candidatos a apolar e incentivar, seja no Rio como em São Paulo e nos outros Estados. Não faltarão candidatos a unir numa campanha democrática comum. O problema não está aí.

Se quisermos trabalhar para impedir a ditadura de usar suas posições de força a fim de abafar ou falsificar o veredito das urnas, temos de contrapor a suas manobras, e às de outros, um programa claro. Uma plataforma inteligentemente elaborada, que coloque em destaque os anseios e reivindicações principais e que favoreça a máxima unidade, é uma grande arma.

O trabalho unitário tem um sentido bem claro: unir contra a ditadura, pela democracia. Para infligir, por exemplo, uma derrota ao «príncipe» de Geisel (e apadrinhado por Chagas) Humberto Esmeraldo Barreto.

O MDB não é a oposição no Brasil, nem muito menos no Rio. Mas, ao longo dos anos, ele assumiu, como confederação das oposições, as características de uma das formas possíveis de existência da frente antiditatorial. Esta característica é a que mais conta, antes, durante e depois das eleições.

G. de Sa

Unir votos contra o regime integrando lutas operárias

As recentes declarações do «candidato», quer dizer, do chefe do SNL, certamente não tranquilizaram o povo brasileiro no que diz respeito ao futuro democrático do país. O que promete, na verdade, o próximo general-ditador, a não ser coisas vagas, principalmente quanto à democracia?

O longo processo de desgaste e isolamento que vem sofrendo o regime ditatorial brasileiro não poderá conduzir a uma ruptura definitiva com a situação atual, não poderá desembocar no estabelecimento de um regime de amplas liberdades democráticas se não houver um aumento do nível de unidade e de combatividade das forças democráticas, e se o movimento de massas, particularmente o da classe operária, não se manifestar de maneira decisiva no cenário político. As contradições que vêm se desenvolvendo no interior do campo de forças do regime, episódios como a exoneração de Sílvio Frota e de Hugo Abreu, assim como a candidatura de Magalhães Pinto, só poderão se transformar em elementos capazes de impulsionar a luta pela democracia se o conjunto das forças oposicionistas for capaz de explorá-los de maneira eficaz. Entregue a si mesmo, este processo de contradições poderá determinar, como tem feito, alguns recuos da ditadura, mas não modificará essencialmente os quadros institucionais em que ora vivemos.

As condições para desenvolver esta intervenção do movimento de massas existem. Haveria, felizmente, muito o que citar, mas nós nos contentamos com o Movimento contra a Censura encetado em São Paulo. Ele é um exemplo muito rico de como a luta a partir das reivindicações mais elementares e dos problemas mais sentidos pelo povo se articula, toma corpo, ramifica-se, enfrenta a ameaça da repressão, mobiliza e conscientiza através da própria participação. Não há dúvida de que aí está o germe do futuro. Mas o futuro não se gera espontaneamente. É preciso construí-lo, e este movimento é prova disto.

Se a intervenção organizada das massas é a condição para que possamos empreender verdadeiras transformações democráticas, como se caracteriza a política do regime? Os últimos acontecimentos revelaram, em primeiro lugar, que para manter a coesão do seu próprio conjunto de forças, para não perder suas próprias bases políticas, o regime é obrigado a fazer certas concessões, que ampliam, de modo restrito, a faixa também restrita das liberdades existentes. É a maneira que encontra de integrar setores do liberalismo tradicional brasileiro para os quais se tornava a cada dia mais difícil manter o apólo à ditadura, sem nenhuma contrapartida que implicasse em concessões, ainda que pequenas, no que se refere à democracia. É a maneira, também, de absorver algumas das pressões vindas do campo oposicionista, incorporando-as, deformadamente, ao seu

programa.

Entretanto, o que se tornou claro foi que as forças democráticas não podem assumir uma atitude passiva diante das concessões que o regime, em certos momentos, é obrigado a fazer. O anúncio público dessas concessões não pode ter, como efeito, uma paralisação relativa das forças oposicionistas. Mesmo para que as «reformas» prometidas se transformem em realidade é necessária uma ação permanente e vigorosa do campo democrático; e para aprofundar o isolamento do regime, para obrigá-lo a novas concessões, para ampliar progressivamente o nível das liberdades é indispensável que as forças democráticas continuem desenvolvendo suas lutas setoriais, suas campanhas, uma política de denúncia da ditadura e de luta pela democracia.

A reunificação do conjunto das forças ditatoriais, que parece ser, a curto prazo, um dos principais objetivos de Geisel e Figueiredo, se tornará possível na medida em que a pressão das forças de oposição diminuir, como resultado das promessas do regime. O que permitiu que as forças antiditatoriais saíssem do isolamento a que estiveram confinadas, pela força da repressão, durante o período de Médici, que o regime fosse obrigado a recuar, que a correlação de forças começasse a se modificar em favor da democracia, foi a denúncia sistemática do arbítrio e do terror e a unidade em torno das liberdades democráticas. Adotar, no momento, uma atitude de espera, de passividade diante das manobras de Geisel e Figueiredo é permitir que o regime retome a iniciativa política, reunifique suas forças, tente isolar a oposição e possa, assim, ditar as «reformas» como melhor lhe parecer.

As forças democráticas têm, no momento, uma possibilidade abrangente de responder à ofensiva da ditadura. Esta possibilidade é dada pelo lançamento da campanha para as eleições de novembro próximo. A maior ou menor capacidade do regime de manter sua política antipopular, antidemocrática e antinacional será determinada, no plano imediato, pelos resultados eleitorais. Nestas condições, parece ilusório supor que problemas como o da reforma partidária, por exemplo, devam ser privilegiados em relação à questão da democracia. Ninguém, em sã consciência, pode ser contra a substituição do atual sistema de partidos no Brasil, na medida em que esta substituição permitir uma melhor representatividade das diversas correntes políticas e de pensamento da sociedade brasileira. Nós, comunistas, sempre nos declaramos favoráveis à efetiva representação das diversas correntes, sem nenhum tipo de discriminação, coisa que seguramente não ocorrerá na reforma partidária prometida por Geisel e Figueiredo. Achamos, evidentemente, que não está aí a chave que permitirá que o Brasil atinja a democracia. É isto será tanto mais verdade na medida em

que o regime consiga alcançar uma margem relativa de sucesso nas eleições. É necessário que o conjunto da oposição compreenda que a própria reforma partidária será mais ou menos expressiva, permitindo um maior ou menor grau de representatividade, em função do resultado das eleições.

O que é decisivo, agora, é mobilizar o povo brasileiro para o processo eleitoral. O que é necessário é ligar a luta pela democracia à mobilização de amplas faixas e camadas da população, de modo a que o processo eleitoral apareça como o elemento canalizador dos inúmeros descontentamentos provocados pela política do regime. Subestimar as eleições, sob a alegação de que o próximo período governamental se dará sob o signo de novos partidos, constitui, a nosso ver, um erro grave, que permitirá à ditadura recuperar pelo menos uma parte do terreno perdido.

A questão eleitoral aparece, portanto, como o elemento capaz de fazer convergir as diversas lutas e impulsos, o descontentamento, a tomada de consciência que se opera cotidianamente, a cada novo espaço conquistado. Como o elemento capaz de, assim, provocar a retomada da iniciativa por parte das forças oposicionistas, incorporando à luta contra a ditadura, de forma ativa, setores populares ponderáveis. E este o caminho para aprofundar o isolamento do regime: unidade da oposição e crescente participação popular.

A experiência de 14 anos de luta contra o regime ditatorial mostra que a participação das massas populares é um elemento fundamental no processo de isolamento do regime. Sem a classe operária e os demais setores populares, a frente antiditatorial poderá avançar, poderá mesmo obrigar o regime a recuar, mas não terá condições de inverter decisivamente a seu favor a correlação de forças, de modo a permitir a implantação da democracia no Brasil. A incorporação, de maneira mais permanente e efetiva, do proletariado à luta contra o regime é algo que terá de ser conseguido a partir da articulação das reivindicações mais específicas e imediatas com as lutas de caráter mais geral. A mobilização e a participação operárias não se dão em abstrato; elas ocorrem, ao contrário, em torno de questões concretas e de canais que tornam esta participação possível.

Mais uma vez, a campanha eleitoral poderá desempenhar o papel de criar um instrumento adequado de participação operária no processo político. Como partido proletário, não desligamos a luta operária do processo político-eleitoral. Não pensamos que o movimento da classe operária se confunda, em todos os níveis, com este processo. Mas a campanha eleitoral, criando condições para que se verifique a convergência dos diversos processos setoriais com o movimento geral da luta oposicionista, pode, sem dúvida alguma, transformar-se num fator de fundamental importância para o desenvolvimento das lutas da classe operária na atual conjuntura. Transformar esta possibilidade num movimento real, capaz de impor novas derrotas ao regime, é, hoje, a principal tarefa das forças antiditatoriais.

P. Gonçalves

Reforma Agrária deve unir Estado aos camponeses

Um dos temas «proibidos» pela ditadura militar vai pouco a pouco reaparecendo nos jornais, revistas e diversas reuniões e assembleias públicas das forças democráticas — a Reforma Agrária. Na verdade, ele nunca desapareceu totalmente do cenário político: basta lembrar as lutas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e de suas Federações estaduais, as atividades da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), as posições de numerosos técnicos do segundo escalão do INCRA e da SUDENE, e as ações da Igreja e de setores do MDB.

O recrudescer das discussões sobre a Reforma Agrária é, sem dúvida, um dos reflexos do avanço da luta pela democracia em nosso país. Mas ela reflete também, em termos objetivos, as dificuldades econômicas originadas pelo modelo econômico seguido pela ditadura. Dentro deste contexto, os debates em torno da Reforma Agrária e sobre políticas agrárias, de modo geral, assumem grande importância, principalmente se se levam em conta os planos que a assessoria do presidente-herdeiro Figueiredo vem preparando para o setor agrícola. Como é sabido, tais planos se resumem numa abertura ainda mais acentuada e acelerada da agricultura brasileira às multinacionais, sobretudo no que se refere à expansão da fronteira agrícola. Em outras palavras, seria a total «definição» da agricultura nacional.

Frente a esta sombria perspectiva, o conjunto das forças democráticas deve mobilizar ao máximo suas forças. Tudo deve ser feito para evitar a imposição de tal política. A luta é, ao mesmo tempo, pela adoção de novas políticas para o setor e pela Reforma Agrária. É necessário, porém, ter consciência de que esta é uma luta difícil, seja pelos interesses econômicos e políticos que envolve, seja pela própria complexidade do problema agrário.

Houve um período, por exemplo, em que se colocava a Reforma Agrária como uma condição indispensável para o livre avanço das forças produtivas no campo e se afirmava que o latifúndio era uma barreira quase intransponível à penetração do capitalismo no campo brasileiro. Hoje, é possível constatar que, se é verdade que o latifúndio continua sendo um obstáculo ao progresso da agricultura, sua permanência não impediu que o capitalismo penetrasse de forma significativa na agricultura brasileira, segundo padrões que se aproximam daquilo que Lenin denominou «via prussiana» de transição ao capitalismo.

É preciso, portanto, ficar claro que a Reforma Agrária se apresenta como o elemento básico, principal das novas políticas para o setor agrícola, mas já não deve ser considerada como um fator indispensável, objetivamente necessário, para o funcionamento e expansão do modo de produção capitalista na agricultura e na economia brasileira.

Clarificado este ponto, passemos a considerar mais de perto o problema da Reforma Agrária em si mesmo. Um primeiro aspecto importante que se deve ter sempre presente é que a Reforma Agrária, representando uma mudança estrutural em um dos setores da

economia, traz em seu bojo implicações para o conjunto da atividade econômica e política. Uma mudança no sistema de posse e uso da terra provoca reações em cadeia, põe em movimento uma série de forças sociais, seja a favor, seja contra a reforma. É claro que tais reações e consequências dependem do caráter e da intensidade da Reforma Agrária. Mas mesmo processos não muito radicais e graduais têm provocado repercussões amplas no conjunto da sociedade.

É justamente a partir desta primeira constatação — e lembrando a sempre virulenta oposição dos setores reacionários a uma Reforma Agrária — que surge um segundo elemento importante a ser considerado: para ser transformada em realidade e ter êxito, a Reforma Agrária necessita inelutável e decisivamente da participação do movimento camponês. Ou seja: Reforma Agrária imposta de cima para baixo, não vai; além dos perigos de burocratização e radicalização voluntarista por parte de setores não-camponeses, a ausência de mobilização das massas trabalhadoras do campo pode levar, em última instância, a uma recuperação do poder dos latifundiários. E isto não é retórica — é a experiência de Reforma Agrária em alguns países que o demonstra.

Outro aspecto em que a participação dos camponeses se apresenta como fundamental é na caracterização do tipo de Reforma Agrária a ser aplicado. É claro que nosso país, com suas dimensões continentais, apresenta marcada diversidade regional. Não se deve permitir, porém, que esta característica — que é importante — seja utilizada como um argumento contra a Reforma Agrária. Trata-se, isto sim, de estudá-la com seriedade, compreender, nas várias regiões, as especificidades da penetração do capitalismo no campo brasileiro, captar a racionalidade econômica que orienta o funcionamento da fazenda capitalista e da pequena propriedade camponesa, estudar a fundo o problema dos bóias-frias e dos minifúndios, e conhecer ainda melhor os latifúndios.

O estudo dos problemas mencionados, em permanente contato com os camponeses e suas organizações de vanguarda, é que vai permitir a caracterização do tipo de Reforma Agrária que nos convém. Divisão das terras dos latifúndios entre os camponeses, na forma de parcelas individuais? Cooperativas de produção? Centros agrários (utilizando essencialmente mão-de-obra assalariada) sob a supervisão de um novo INCRA? As três formas de organização simultaneamente? Qual a posição a ser tomada frente às fazendas capitalistas?

Discutir agora estes problemas seria botar o carro adiante dos bois. Mas não se pode deixar de assinalar que existem no campo brasileiro formas de ajuda mútua entre os camponeses (o mutirão é uma delas) que devem ser pesquisadas com mais detalhe, pois possuem todas as condições de se transformarem no germe de novas formas de cooperativização na agricultura brasileira.

Outro elemento importante do processo de Reforma Agrária é a necessidade de definir com clareza e sem subterfúgios que setores serão ou não objeto de expropriação. Este é um problema cuja resolução exige grande maturidade política, devendo-se levar em conta, além de aspectos econômicos, a estrutura de classes no campo e a correlação de forças na sociedade. Mas, definidos os limites da expropriação, deve-se respeitá-los. Ambigüidades neste sentido só servem para

dividir e confundir as forças que apóiam ou podem vir a apoiar a Reforma Agrária.

Por último, é necessário ter clareza a respeito dos possíveis efeitos da Reforma Agrária sobre os níveis da produção agropecuária. O argumento de que ela provoca uma baixa da produção é um dos mais repetidos. Trata-se, em regra, da utilização do mito da «eficiência» para esconder os reais motivos da oposição à Reforma Agrária: defender os privilégios de uma minoria, manter seu poder político e econômico. As forças democráticas devem enfrentar decididamente este tipo de argumentação e desmascará-la.

Como? Primeiro, ressaltando que a Reforma Agrária não busca somente criar novas e melhores condições para a produção agropecuária, mas também — e este é talvez seu objetivo principal — liberar o camponês das relações de dominação, do autoritarismo e do obscurantismo que lhe são impostos há séculos pelos latifundiários. Segundo, reconhecendo que a alteração da estrutura de posse e uso da terra pode, em certos casos, levar realmente a uma quebra na produção. Mas por quê? Porque com a Reforma Agrária rompem-se as linhas de crédito privado, os sistemas de comercialização, de fornecimento de insumos e de transporte que eram personalizados no latifundiário e seu poder pessoal (e, em muitos casos, de seus capangas). No processo de substituir este modo de produzir pré-existente por um novo, podem sobrevir baixas na produção comercializada. Mas, ao reconhecer esta possibilidade, é necessário ressaltar o seguinte: a) ao nível da unidade produtiva, a Reforma Agrária provoca um aumento da produção, já que com ela o camponês considera a produção como sendo coisa «sua» e de seus companheiros, deixando de existir, pela primeira vez, a figura do «patrão», do «seu Doutor»; b) na maioria dos casos, a produção baixa antes da expropriação, já que os latifundiários começam a abater fêmeas, vender maquinária e animais etc., mesmo quando são pagas indenizações em dinheiro ou em títulos da dívida pública. Trata-se então de um processo de sabotagem à produção como reação à Reforma Agrária, sabotagem esta que chega a ser feita também por fazendeiros que estão fora dos limites de expropriação estabelecidos.

Levando em consideração estes dois aspectos, ou seja, necessidade de reorganizar o processo produtivo e de fazer frente à sabotagem da produção, fica claro que, em qualquer Reforma Agrária digna deste nome, o papel do Estado é de importância capital. É ele que, em grande parte, tem de garantir o crédito às fazendas reformadas, assegurar o fornecimento dos insumos básicos, dar assistência técnica, criar novos canais de comercialização. É verdade que este aumento das responsabilidades estatais pode dar lugar a manifestações de paternalismo. Para evitar a concretização deste fenômeno negativo, torna-se necessário realizar uma grande e maciça campanha de adiestramento dos camponeses (utilizando as técnicas mais modernas, como a televisão) que abranja desde a alfabetização até técnicas de contabilidade e gestão.

Uma vez mais, portanto, é a participação real do campesinato o elemento central do êxito e da irreversibilidade da Reforma Agrária. É este o ensinamento básico que as forças democráticas devem ter sempre presente na sua luta para transformar o campo brasileiro.

Edmundo Cerejo

As lições de 56 anos e o Partido do futuro

O transcurso do 56º aniversário do Partido, neste 25 de março, não se presta ao registro de comemorações que gostaríamos de poder fazer, mas que as condições objetivas em que vivemos hoje nos interdita. Porque temos tido uma vida difícil. Sob a ditadura, nos últimos 14 anos, mas também antes. Podemos dizer, devemos dizer, sempre.

No coração de cada comunista que, individual ou coletivamente, estiver comemorando o aniversário do Partido, a rememoração do passado suscitará, feito o balanço, orgulho. Mas o que mais importa é o que estará se passando em nossas cabeças. Como nós compreendemos a nossa própria história. E como encaramos nossas perspectivas de evolução.

Não vamos aqui cometer a imprudência de tentar preencher as imensas lacunas de nossa historiografia. Nem a de pretender substituir o esforço coletivo de reflexão sobre a nossa situação atual e os rumos a trilhar para melhor cumprirmos nossas finalidades.

Queremos apenas propor alguns elementos para esta reflexão tão necessária.

Em primeiro lugar, reconhecer que o enfoque apologético e mesmo triunfalista foi muitas vezes adotado por nós, em consonância com uma tradição generalizada no movimento comunista internacional. E que ele, além de não ajudar, deforma o objeto de estudo e gera visões falsas, que só podem conduzir a conclusões erradas.

No fundo deste tipo de pensamento está uma visão voluntarista, quer dizer, idealista. É a que leva a crer que o Partido «tudo sabe e tudo pode». É dela que se parte para a apologia, mas é dela também que se parte para o criticismo irrealista. Se o Partido é «todo-poderoso», torna-se impossível compreender que ele não tenha sabido avançar concretamente aqui, recuar sabiamente ali, produzir tal análise mais aprofundada, evitar este ou aquele erro elementar. O voluntarismo acaba por retirar do Partido sua dimensão social e histórica. Perde-se de vista que ele é uma associação de homens, determinada por condicionamentos no tempo e no espaço.

O estudo de nossa história é, de um certo ponto de vista, fácil. Quando se trata de confrontar sua trajetória com seus propósitos de defesa dos interesses populares e nacionais, de internacionalismo consequente, e com suas características básicas de partido político da classe operária, voltado para a luta, não é difícil chegar a um julgamento positivo. Os fatos falam por si mesmos: luta contra o integralismo, versão brasileira do fascismo; luta pela entrada do Brasil na guerra e pela formação da FEB; luta pela redemocratização e, em seguida, pela Constituinte; grandes campanhas pela emancipação nacional e pelo progresso social; resistência à ditadura militar-fascista.

Se não tivesse este sólido patrimônio, como teria o Partido chegado aos 56 anos de existência com o prestígio de que goza? Como teria podido atrair a simpatia e, tantas vezes, a adesão do que havia de melhor em nossa cultura? Como teria sido alvo do ódio

da reação, que transformou a própria existência do Partido na razão de ser de seus golpes, de seus regimes ditatoriais, que agitou e continua agitando o fantasma do «perigo comunista» para justificar os meios que emprega para manter seus privilégios?

Por outro lado, este estudo é difícil: quando se trata de analisar as idéias e posições que tivemos, sua importância e suas consequências. Mas é justamente pelo lado difícil que devemos enfrentá-lo.

Deixamos passar momentos revolucionários decisivos para dirigir saltos de qualidade na vida nacional? Esta pergunta, tão corrente, deve ser respondida negativamente. Na verdade, o que deixamos passar, por uma visão voluntarista, foram oportunidades de consolidar situações que permitiam o avanço das lutas democráticas e populares. Sempre que nós orientamos no sentido de formar blocos populares e democráticos e dirigir as forças sob nossa influência para um combate amplo, unitário e realista, obtivemos excelentes resultados. Mas, sistematicamente, calmos nas armadilhas das tensões, do confronto desigual, aceitamos a luta no terreno escolhido pela reação.

Foi assim em 1935-37. Do início acertado, com o impulsionamento de uma Aliança Nacional Libertadora de massas, passamos à conclusão errada: a organização de um levante militar. Depois que Getúlio fechou a ANL e armou a provocação, abandonamos o rumo do movimento e passamos ao trabalho conspirativo.

Foi assim entre 1945 e 1947. Trilhando o caminho aberto pela redemocratização, mostramos nossa potencialidade: em um ano, tinhamos mais de 100 mil militantes, parlamentares eleitos nacionalmente, um trabalho importante na Constituinte. Ilegalizado o Partido, tendemos a abandonar os espaços conquistados para empreender a escalada insurrecional proposta pelo Manifesto de Agosto de 1950.

Foi assim entre 1957 e 1964. Depois da autocrítica referente às posições maximalistas e sectárias da linha de 50/54, o Partido recomeça a crescer e a ter influência, mas finalmente se deixa envolver pelo radicalismo que antecedeu o golpe e propõe objetivos incompatíveis com a situação real.

E em fins de 1974, depois de 10 anos em que resistimos com firmeza à pressão «esquerdista» que existia dentro e fora do Partido, que vinha do interior e do exterior do país, depois de definirmos com acerto a linha da resistência de massas à ditadura, a armadilha da tensão extrema não reaparece, às vésperas mesmo de sermos brutalmente golpeados, com a palavra de ordem de «apertar o cerco»?

A verdade é que, com mais nitidez desde meados da década de 50, chocam-se dentro do Partido duas concepções da revolução. Esquemáticamente, e longe de querer dizer que há os «bons» e os «maus», vivemos a luta entre a concepção da revolução como obra das massas e a concepção da revolução como obra de um partido de denúncia e agitação que, num «momento favorável»,

«resolve» a questão e toma de assalto o poder.

Nosso Partido teve de enfrentar, desde sua fundação, condições objetivas particularmente adversas. Traços da realidade brasileira — classes dominantes muito reacionárias, condições difíceis para o desenvolvimento do movimento de massas — que dificultaram enormemente nossa ação política e nossa reflexão. Não houve condições «razoáveis». Nossa vida interna foi necessariamente tumultuada, praticamente sempre na ilegalidade, com escassas possibilidades de educar, preparar politicamente, discutir, sistematizar as experiências.

Nem por isso tomamos um Partido fechado, incapaz de perceber as modificações em curso na sociedade. O exemplo de nossa posição diante da Igreja católica e, neste sentido, dos melhores. Desde 1945, e apesar do reacionarismo do clero de então, soube-mos compreender que havia mudanças. Não calmos em posições «ateístas» ou de um anticlericalismo alienado.

Apesar dos méritos que tivemos face à instauração da ditadura, atravessamos hoje uma situação crítica. Que decorre, em boa medida, de nossas insuficiências e de nossos erros.

Olhando para a frente, devemos levar em conta a persistência das condições objetivas difíceis, como a violência da repressão empregada pelo regime ou a falta de tradição partidária que dificulta o trabalho de organização da frente antiditatorial. São desafios a enfrentar para avançar. Temos que compreender, também, em que direção transformar o Partido. As indicações básicas foram dadas pelo Comitê Central em sua última Resolução:

«Temos consciência de que, para o êxito do combate que travamos, hoje pela liquidação da ditadura e pela conquista de amplas liberdades para o povo, e, amanhã, pela estruturação de um sólido regime democrático, é preciso contar com um forte e numeroso Partido Comunista.

(...) Trata-se de uma situação que exige de nossa parte, do conjunto dos comunistas, um esforço concentrado para reorganizar em toda a linha, fugindo à rotina, a ação política e a atividade do partido. Trata-se, portanto, de vencer a distância existente no momento entre a influência política do PCB e sua precária organização. É uma tarefa política que, partindo de uma visão adequada das exigências atuais e futuras do trabalho revolucionário, exige, a um só tempo, uma correta avaliação da correlação de forças e das possibilidades concretas, habilidade, inteligência e uma aguda percepção dos limites em que os passos podem ser dados com segurança.

Condições políticas novas, que estão em gestação, permitirão o avanço do Partido numa direção nova. Devemos nos preparar para aproveitar estas condições. Isto não significa ficar aguardando. Significa aproveitar a condição na direção que interessa às massas, à luta pela democracia, ao trabalho político dos comunistas. Significa esboçar desde já a organização nova, adaptada à nova realidade e às novas tarefas políticas, de amanhã e do futuro. Significa estudar atentamente a realidade e produzir as idéias de que precisa a Classe operária para assumir seu papel histórico de vanguarda do movimento político e social pela construção de um Brasil novo.

Jaime dos Santos

Mulheres: um movimento de grandes massas

O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, instituído por proposta de Clara Zetkin na Conferência de Mulheres Socialistas realizada em Copenhague em 1910, comemorou-se este ano em condições que atestam o avanço das lutas contra as discriminações de que é vítima a metade feminina da humanidade.

Como consequência lógica das transformações sócio-econômicas, políticas e culturais que ocorrem no mundo — e que se refletem no modo de viver, pensar e agir da mulher —, contingentes femininos cada vez mais amplos integram-se às jornadas de 8 de março em condições sempre mais avançadas no que concerne às suas lutas, ao seu grau de consciência e organização e, também, às suas conquistas.

Em nosso país, as mulheres comemoraram seu Dia Internacional em plena luta, dentro de um quadro marcado pelo avanço geral do movimento democrático. Marcado, também, por formas de ação concretas em prol da igualdade dos direitos femininos em todos os campos, por melhores condições de vida para sua família. Pelo estabelecimento, sobretudo, de um clima de liberdade, a começar pela decretação de uma anistia ampla e irrestrita para todos os presos e perseguidos políticos.

Seus jornais, seus centros, seus grupos de reflexão, seus círculos de estudo, suas associações de bairro, seus congressos, suas visitas «porta a porta» para discussão, suas pesquisas, sua elaboração deixam bem claro que está se desenvolvendo, entre nós, um amplo movimento de mulheres. Pouco a pouco, ele envolve um número cada vez maior de pessoas em ações de massas que expressam, de um modo ou de outro, o desejo de amplos contingentes femininos de opinar, de participar, de apresentar soluções, de contribuir, enfim, para transformar a condição de seu povo e sua própria condição.

Neste 8 de março, nós, comunistas, mais uma vez buscamos analisar todo este processo em marcha para extrair dele o que há de novo, com o objetivo de orientar corretamente nossos esforços para uma maior ligação com os movimentos femininos, visando a contribuir para o avanço de suas ações e influir, na medida de nossas forças, na formação de sua consciência.

Assim é que buscamos destacar aqui alguns aspectos da condição feminina na situação atual de nosso país. Vejamos.

Primeiro. A análise da situação da mulher brasileira indica-nos que ela vem sofrendo certas transformações que nos cabe colocar em relevo.

Um número crescente de mulheres se integra à produção social e passa a contribuir efetivamente para a criação de riqueza nacional. Nem sempre as estatísticas oficiais deixam isto muito claro. Mas essa integração já é considerável se contarmos como trabal-

hadoras todas aquelas mulheres que integram o chamado «mercado não formalizado de trabalho» (trabalhadoras a domicílio, domésticas, empregadas pela família em pequenas empresas de comércio, trabalhadoras autônomas, trabalhadoras volantes, membros da família camponesa não remunerados etc.). O aumento verificado é fruto da expansão do setor de serviços, da rapidez da urbanização, das dificuldades crescentes da vida econômica, do aparecimento de novas indústrias e da modernização de outras, da abertura de diferentes profissões até então vedadas à mulher, como a construção civil, a limpeza urbana etc.

Com o aumento do número de mulheres economicamente ativas, ocorre outro fenômeno não menos importante: a modificação da estrutura da mão-de-obra feminina. Enquanto cai o número de mulheres que trabalham no setor primário, cresce o das empregadas nos setores secundário e terciário.

Sabemos que essas importantes transformações não conseguiram eliminar o abismo entre o número de homens e mulheres que trabalham. Os primeiros continuam predominando acentuadamente. Nem tampouco levaram a mulher, em maiores contingentes, às indústrias, principalmente às mais dinâmicas. Isto porque, se bem que tenha aumentado o número de mulheres que frequentam os três níveis de ensino — o que é outro aspecto novo e positivo de sua condição —, a mulher brasileira ainda carece, em larga escala, de formação técnico-profissional, o que a coloca em posição desvantajosa em relação ao homem no mercado de trabalho. Apesar disso, devemos valorizar as mudanças positivas ocorridas.

Outro aspecto importante a destacar é o aumento crescente da exploração a que está submetida pelo fato de ser mulher: salário menor que o do homem por trabalho igual; instabilidade no emprego por motivo de gravidez ou casamento; «cantadas» humilhantes do patrão; controle das idas ao banheiro; utilização em tarefas monótonas e repetitivas a partir da habilidade manual adquirida nos trabalhos domésticos etc. Essa exploração adquire agora maior vulto, seja com a utilização da mulher em horas-extras e no trabalho noturno, seja com a proposta do Ministério do Trabalho, em relatório feito em 1976 (em convênio com o SESC e o SENAI) sobre formação técnico-profissional da mão-de-obra feminina, segundo o qual se propõe a extinção do capítulo da CLT consagrado à defesa do trabalho feminino, a pretexto de que ele é um obstáculo à ascensão profissional da mulher.

O aumento do número de trabalhadoras e do grau de exploração das mesmas indicam-nos a necessidade e a importância de concentrarmos nesse setor feminino o nosso trabalho com vista ao desenvolvimento do movimento das mulheres. A concentração efetiva neste setor — que se dará quando se levantarem dentro da vida sindical, com a ênfase necessária, as reivindicações de origem especificamente feminina — é condição *sine qua non* para dar maior amplitude, estabilidade, dinamismo e combatividade ao movimento feminino novo que está surgindo em todos os recantos do país. O I Congresso da Mulher Metalúrgica de S. Bernardo e Diadema dá, neste sentido, um magnífico exemplo.

Segundo. Uma avaliação das lutas femininas desenvolvidas no período nos indica que é exatamente sabendo levantar as reivindi-

cações nascidas da discriminação da mulher como tal, no trabalho, na família, na coletividade, que vamos mobilizá-la em maior profundidade. Todas as ações femininas desencadeadas nos últimos tempos ostentaram palavras de ordem como salário igual, direito à promoção no trabalho sem discriminação, formação técnico-profissional e educação, creches e jardins de infância para as crianças, equipamentos sociais que aliviem a fadiga doméstica, anticoncepcionais a baixo custo etc.

Importantes problemas de caráter geral, como aqueles que se referem aos direitos humanos, às liberdades democráticas, a melhores condições de vida foram também significativos para a mobilização das mulheres. Essas palavras de ordem estão nos programas das organizações femininas, marcam os editoriais de seus jornais, aparecem como temas de teses, artigos, conferências etc. Têm sido motivos concretos para lutas concretas. As conquistas de algumas dessas reivindicações serão passos certos dados no caminho longo e difícil da obtenção de uma real igualdade com o homem. E o grau de igualdade de direitos da mulher será um barômetro seguro para se medir o grau de avanço da democracia em nosso país.

Num caso como no outro, as reivindicações devem ser incorporadas aos grandes processos políticos em curso. A campanha das eleições de novembro próximo dará ensejo a uma ampla mobilização das mulheres, em torno às questões que interessam ao povo inteiro e em torno aos problemas específicos da condição feminina, uma coisa ajudando a outra.

Terceiro. Finalmente, pensamos ser necessário fazer o balanço das conquistas alcançadas pelo movimento feminino no país nestes últimos 10 anos e saber valorizá-las. Isto certamente estimulará o movimento como um todo e lhe abrirá novas perspectivas. Uma análise nesse terreno nos indica que, embora limitadas, tais conquistas aconteceram principalmente no plano da legislação. Entre elas, podemos destacar: a lei n. 4.121, de 1962, que favorece a mulher casada; a lei n. 5.473, de 1968, que favorece as mulheres no provimento de cargos sujeitos a seleção; a lei n. 6.136, de 1974, que encarrega a Previdência Social do pagamento do salário-maternidade; a lei do divórcio, que abre um rombo no desquite *ad aeternam*; a exclusão, do novo projeto do Código Civil, da caracterização da virgindade como causa da anulação do casamento, etc. A própria instalação da CPI sobre a discriminação da mulher foi fruto das lutas femininas. É verdade que muito ainda deverá ser feito. As conquistas são limitadas e nem sempre são respeitadas. Mas, vistas como pontos de partida, são positivas. São momentos de um processo geral de acumulação de forças de um movimento que deverá se ampliar, se estruturar melhor, se multiplicar em ações unitárias, até se transformar em poderosas ações pela igualdade de direitos da mulher e pela democracia.

A frente desse movimento, nós, comunistas, devemos ocupar um lugar de destaque. E este lugar conquistaremos se soubermos acompanhar *pari passu* todas as transformações que estão ocorrendo entre as massas de milhões de mulheres, utilizando-as corretamente para estruturar um vasto e democrático movimento feminino unitário e popular. Um movimento que se traduza em ação e organização.

A difícil busca da unidade do povo francês

Um sistema eleitoral particularmente injusto, implantado há 20 anos, quando nasceu a V República, permitiu à direita impedir que o progresso da esquerda se transformasse em vitória nas eleições legislativas francesas de 12 e 19 de março.

No primeiro turno, os partidos da atual maioria obtiveram 12.591.311 votos, contra 12.924.945 dados aos três partidos da União da Esquerda e 953.088 dados aos diversos grupos «esquerdistas». Maioria: 46,5%; oposição: 48,6%.

No segundo turno, com 311.860 votos de dianteira (0,88% do eleitorado), a direita obtém uma vantagem de 89 cadeiras. Tem agora 290 deputados, contra 201 da esquerda. Maioria: 59% das cadeiras; oposição, 41%. A explicação não é difícil. As circunscrições eleitorais são estabelecidas de tal forma que há deputados comunistas representando mais de 300.000 franceses, enquanto muitos deputados de direita são eleitos em circunscrições de 30.000 habitantes. Na nova Câmara de Deputados, cada deputado da oposição terá sido eleito por uma média de 62 mil eleitores, contra 44 mil para um deputado da direita.

Nestas eleições, duas lições a tirar imediatamente. No plano histórico, a reação conseguiu manter seu sistema eleitoral profundamente injusto durante mais de 20 anos, ao longo dos quais a população foi cada vez mais se deslocando à esquerda. O peso do poder não pode ser subestimado. No plano político imediato, sua campanha anticomunista, em que se alternam os argumentos mais grosseiros e primários à utilização inteligente dos meios de comunicação, permitiu-lhe arrastar para o segundo turno um número considerável de eleitores que tinham ficado em casa no primeiro turno, e que se mobilizaram contra a «ameaça vermelha» e o «coletivismo». Permitiu-lhe, ainda, angariar a maior parte dos 600 mil votos ecologistas do primeiro turno e os votos da extrema-direita.

O resto ficou por conta das dificuldades internas da esquerda. Há 15 anos, os comunistas propuseram a união e a adoção de um Programa Comum. Nove anos depois, ele foi assinado e os três partidos da esquerda não cessaram de progredir: legislativas de 1973, presidenciais de 1974, cantonais de 1976 e municipais de 1977, quando o avanço foi ainda mais acentuado. Desta vez, porém, face à perspectiva de ir para o governo, socialistas e radicais de esquerda mostraram-se significativamente reticentes. As negociações para a atualização do Programa Comum, iniciadas em maio do ano passado, foram rompidas em setembro. A partir de então, os socialistas de Mitterrand, fielmente seguidos pelo pequeno partido dos radicais de esquerda, apostaram num grande crescimento de seu eleitorado próprio e do número de seus parlamentares. Abalada a união, porém, os resultados não lhes foram favoráveis: esperavam cerca de 28% dos votos no primeiro turno, obtiveram 22,6%. Foi então que concordaram em assinar um acordo com vista ao segundo turno. Mas já era tarde. O eleitorado que tinha sido atraído pela perspectiva da união sofreu um refluxo que permitiu à direita sua estreitíssima vitória em votos.

Estreitíssima vitória. Não houve festas da direita após a proclamação dos resultados finais. Porque, na verdade, ela continuou a recuar, em votos e em cadeiras, nestas eleições. Contra 315 deputados na legislatura anterior, tem agora 290. O PS tem agora mais nove deputados, os radicais de esquerda menos dois e os comunistas mais 13.

A direita tem consciência da gravidade da situação. A crise econômica e social que aflige a França não será resolvida por sua vitória nas eleições, ao contrário. Metade dos franceses são contra sua política, o que ressalta a iniquidade do sistema eleitoral. O descontentamento vai crescer. A direita concentrará todos os seus recursos para alargar as brechas reveladas no campo adversário e obter a quebra da união da esquerda. Se tudo dependesse apenas de sua habilidade política, suas chances não seriam pequenas, trata-se, sem dúvida, da burguesia mais experimentada em rechazar o assédio político das camadas populares de que se tem notícia na história. Há mais de um século que ela convive com o proletariado organizado, consciente e combativo, e consegue manter sua hegemonia à despeito dos traços autoritários de sua dominação (mais abundantes e graves do que se pode supor à primeira vista). Mas a crise é global e profunda: a habilidade política não bastará.

Como lhe compete, Giscard d'Estaing, verdadeiro chefe político da direita, fará tudo para atrair lideranças socialistas para uma maioria de «centro-esquerda» que tentasse a deixar os comunistas isolados. É o mesmo projeto básico que tinha antes das eleições, favorecido agora pela vitória eleitoral da reação, e particularmente de seu Partido Republicano, que sugou eleitores do gaullismo e da esquerda reformista.

Favorecido, também, pelas dificuldades da esquerda, que serão nos próximos meses objeto de reflexões nos três partidos. Alguns líderes socialistas e radicais de esquerda colocam em questão o Programa Comum, o que não deixa de ser uma maneira de colocar em questão a própria União da Esquerda. Mas não poderão perder de vista as lições de sua própria história: sempre que fizeram isto, perderam substância. Pouco antes da assinatura do Programa Comum, chegaram a cair para 6% do eleitorado, num eleição presidencial conduzida pelo expoente de sua «ala direita», Gaston Defferre.

Quanto aos comunistas, que cresceram em número de deputados mas registraram perdas em porcentagem e perderam cadeiras em lugares estratégicos, como Paris, vão agora «tirar todos os ensinamentos da batalha política que acaba de ser travada», como afirma a declaração do bureau político de seu comitê central, que acrescenta:

«Tudo indica, desde logo, que é preciso continuar a avançar no caminho aberto pelo XXII congresso de nosso Partido. A grande política de ampla reunião das forças populares, de união da esquerda pelas transformações democráticas e por um socialismo na liberdade, um socialismo com as cores da França, que o congresso definiu, é e continuará sendo a linha do Partido Comunista Francês.

«Os comunistas se empenharão em promover esta ampla reunião a partir da ação cotidiana, nas bases, pela defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares face a uma política que não deixará de agravar ainda mais sua situação, pela atenção a todas as suas reivindicações. Eles se empenharão igualmente em promover esta ampla reunião a partir do debate e da luta para fazer penetrar mais vastamente as idéias e a política do XXII congresso».

Itália: um povo contra o fascismo

No dia em que seria e foi votada a entrada dos comunistas italianos na maioria parlamentar, a reação aplicou mais um golpe criminoso contra a ordem democrática e as conquistas institucionais nascidas do combate unitário contra o nazifascismo. O sequestro do deputado Aldo Moro mostra, a um só tempo, o terrível descaminho de algumas emanações dos movimentos de 1968 e a agressividade, ao mesmo tempo audaz e arrogante, do imperialismo e das centrais subversivas «desestabilizadoras» que ele montou na Europa.

O sequestro, que traz à memória atos fascistas das décadas de 20 e 30, ou mais recentes, como o assassinato de Kennedy, não impedirá que seja realizado um salto de qualidade na vida italiana, garantido pela mobilização unitária e pela luta de massas. A Democracia Cristã já não decide e governa sozinha. A identidade nacional e a capacidade de governar dos comunistas italianos foram reconhecidas. O compromisso entre os três componentes do movimento popular italiano — católicos, comunistas e socialistas — permite agora aos trabalhadores a participação na direção do país.

Este salto de qualidade torna-se possível porque o movimento operário italiano «saiu das fábricas para ocupar o terreno da Nação». Enrico Berlinguer, secretário geral do PCI, explica:

«A crise de nossa sociedade é tão profunda e ampla que bastaria — se o quiséssemos — uma conduta irresponsável também por parte dos comunistas para fazer precipitar tudo numa demolição e num caos que seriam a antecâmara de um regime de negra reação, pior mesmo que o fascismo. A ciência e a experiência nos ensinaram isto. Dai nos empregarmos, com tanta atenção e empenho, a levantar barreiras em todos os campos contra a desordem, a ineficiência, o irracionalismo, o aventureirismo. Dai sermos adversários implacáveis da demagogia e do corporativismo de todo tipo; e fazer uso da demagogia seria mesmo muito fácil num momento em que são tão grandes o descontentamento, a insatisfação, a impaciência. Mas nós temos também consciência de que não se sai da crise se não se renovam as estruturas e as instituições que chegaram a este ponto de crise. Isto é, a economia, a educação, a justiça, o Estado.

«Eis porque os comunistas devem ser hoje ao mesmo tempo conservadores e revolucionários. Um paradoxo? Pode parecer que as duas coisas sejam inconciliáveis, mas não o são; porque se trata, de fato, de manter vivas as condições materiais e institucionais elementares que impedem o desmoronamento de tudo, e, simultaneamente, colocar em marcha uma grande obra transformadora, não somente da base econômica e social, não somente dos centros e setores vitais da administração, mas também dos hábitos de vida, da mentalidade, dos valores em que inspirar-se, dos bens a buscar».

Tão logo tomou conhecimento do sequestro do deputado Aldo Moro, Luiz Carlos Prestes, em nome da direção do PCB, enviou telegramas de repúdio ao ato criminoso e de solidariedade à direção do Partido Comunista Italiano, ao primeiro-ministro Giulio Andreotti e ao partido da Democracia Cristã.

1977: fim do «milagre» não quer dizer recessão

O crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) foi, em 1977, o menor dos últimos onze anos: 4,7% e não 5,03%, como fora originalmente anunciado. Isto indica uma queda importante, em relação aos anos do chamado «milagre», no ritmo de crescimento da economia, e uma queda brusca, pois no intervalo de um ano o crescimento do PIB se reduziu à metade (em 1976, o PIB havia crescido 9,6%).

Há dois aspectos a destacar em relação ao significado desta taxa.

Primeiro, que a desaceleração da economia é mais forte do que se previa. Com efeito, o crescimento só é mantido no nível dos países industrializados em função do excepcional crescimento do produto agrícola (9,6% em 1977 contra 4,2% em 1976). Ele é o resultado de condições também excepcionais (climáticas e de preços no mercado internacional), que seguramente não se repetirão este ano.

Segundo, que, em consequência, o setor industrial sofre uma desaceleração mais aguda que o conjunto da economia. A indústria, que crescerá 10,9% em 1978, não passou dos 3,9% em 1977. A desaceleração atinge de forma geral os diversos setores da indústria — extrativa mineral 1,0% em 76 e -4,7% em 77; construção civil 12,8% em 76 e 9,1% em 77; serviços industriais de utilidade pública crescendo de 10,1% em 76 para 12,9% em 77 —, mas é especificamente o setor da indústria de transformação que sofre a maior queda (2,3% em 77 contra 10,5% em 76). Dado o peso de sua participação no produto social brasileiro, ele foi capaz de determinar a queda do PIB, ainda que outros setores, como a agricultura, tenham obtido uma boa performance.

Qual é o significado real desses números? Pensamos que as conclusões devam ser tiradas com a maior cautela, porque o quadro da crise econômica brasileira é complexo e as margens de manobra de que dispõe o capitalismo brasileiro, hoje, não são pequenas, mesmo nos quadros do atual regime. Isto quer dizer que é possível uma certa reorientação, no processo de acumulação, capaz de abrir uma nova fase de expansão ao capitalismo brasileiro, baseada nos mesmos pressupostos que sustentaram a fase anterior — monopolização e dependência, num grau possivelmente mais elevado.

Isto implica, sobretudo, em analisar a situação econômica mais de perto, fugindo às soluções «tácias» de tipo castrófico, que sempre trazem graves consequências políticas. A primeira coisa a ser feita é, então, eliminar as confusões geradas pela generalização das informações sobre desemprego e capacidade ociosa ao conjunto da economia, e que levam à conclusão de que a economia brasileira atravessa uma crise com queda geral do lucro, dos investimentos, da produção e com desemprego de crise. Ou seja: mais grave, mais geral (no sentido de abranger a globalidade dos setores capitalistas) e mais profunda do que na realidade ela parece

ser, de forma que a margem de manobra seria, no imediato, muito menor do que na realidade é.

Nossa idéia é a de que a crise atual é endógena, na medida em que ela decorre de uma estrutura econômica extremamente dependente (a dependência vista não como uma coisa externa à economia, mas como forma interna de articulação), mas que o seu detonador é exógeno, estando localizado na crise dos países capitalistas desenvolvidos. Evidentemente, isto não tem nada a ver com as teses vulgares de que a crise brasileira se dá por conta dos malfadados preços do petróleo ou da inflação internacional. Trata-se de um movimento profundo, que decorre fundamentalmente do fato de que o ciclo de reprodução do capital passa necessariamente pelo exterior (o setor 1 — produção de máquinas e equipamentos — da economia não está montado internamente); do fato de que a transformação da mais-valia em capital passa parcialmente (mas de forma nada desprezível) pela capacidade de transformar a moeda local em divisas. A evolução da dívida externa e os limites da capacidade de exportar definem a capacidade de importação, fazendo com que a acumulação do capital nacional dependa estreitamente da evolução do balanço de pagamentos.

Esse modelo pôde ser mantido durante todo o período do «milagre» (a taxa média de crescimento do setor interno de bens de produção foi durante esses anos de 16% a.a., enquanto que a das importações dos mesmos bens crescia a uma média de 19% a.a.), e é evidente que ele tinha um limite independente da existência de crise na economia mundial. A ocorrência da crise sublinhou suas demarcações e tornou-o bem menos flexível do que ele seria caso a evolução do processo se desse somente de modo endógeno.

Todo cuidado deve ser tomado para não se extrapolar dessa análise para uma posição muito comum aos «dependentistas», em que as contradições internas do capitalismo brasileiro são sempre explicadas pelas contradições do imperialismo. Feitas essas ressalvas e apresentada, grosso modo, a visão geral que informa o presente balanço, voltamos ao ano de 1977.

Numa análise mais detalhada da indústria de transformação, vemos que o crescimento se caracteriza, como no ano passado, por uma discrepância de comportamento dos seus diversos setores: as indústrias responsáveis pelos produtos ditos de massa (consumidos sobretudo pelos salários), como as de bebidas, fumo, alimentos, artigos de higiene e farmácia, e excetuada a indústria têxtil (cujo crescimento se baseia nas exportações e não no mercado interno), não foram afetadas pela desaceleração. Alguns dos setores que contribuem para substituir importações tiveram taxas de crescimento significativas: é o caso dos minerais não-metálicos, dos produtos químicos e sobretudo da

siderurgia (crescimento previsto de 20%) e da produção de cimento (previsão de 10% de crescimento). No setor eletro-eletrônico o crescimento foi globalmente de 5%, tendo ocorrido forte queda no setor de telecomunicações, mais do que compensada pelo crescimento do setor de bens de consumo duráveis.

É nas indústrias automobilística (queda de 7% em relação a 1976), de tratores, de pneumáticos, têxtil, de matéria plástica, e na indústria mecânica (com crescimento nulo), que encontramos uma forte desaceleração, chegando mesmo à recessão. A indústria nacional de equipamentos sofre também uma importante queda em seu ritmo de crescimento: 7% em 1977 contra 13% em 1976. Os dados sobre capacidade ociosa mostram que, para a indústria como um todo, ela aumentou durante o ano, passando de 11% para 18%, mas mantendo-se ainda num nível que pode ser considerado «normal», abaixo do das economias dos países capitalistas desenvolvidos.

Em relação aos dados sobre desemprego, o que se nota, acima de tudo, é que a defasagem entre o ritmo de crescimento demográfico e do movimento migratório e o ritmo de criação de empregos aumenta, aumentando portanto as massas urbanas marginalizadas. E em São Paulo sobretudo que o ritmo se torna mais fraco (nas outras áreas metropolitanas o crescimento desse íce variou de +4,3% a +10%). Ainda assim, não se pode falar de dispensas, e não ser em alguns setores bem determinados, como, por exemplo, o de telecomunicações. Mesmo na indústria automobilística paulista, houve crescimento do emprego, embora fraco, em relação aos anos anteriores: 3,4%, passando-se de 117.439 empregados no início do ano para 121.412 em dezembro.

O que os dados e a situação econômica deixam prever é que hoje, em função da inviabilidade da estrutura que se usou e abusou no período «definição», inviabilidade essa que é tornada concreta pela crise mundial do capitalismo, assiste-se a uma transferência do papel dominante no processo de acumulação, que vai ser agora ocupado por outros setores. Consideramos que esse dado é fundamental na análise do que ocorre no momento e é ele que nos autoriza a falar em maior «margem de manobra».

Digamos que os capitalistas do setor automobilístico retirem realmente parcelas de seus capitais, no momento subvalorizadas, desse setor, para aplicá-las alhures — na agricultura, por exemplo —, atrás de maiores taxas de lucro. É evidente, neste caso, que o processo de acumulação é relançado, e em bases mais extensas do que as anteriores.

Maior «margem de manobra», portanto, do que no caso de uma crise global (ou de superprodução). O que não quer dizer, porém, ausência de crise, nem subestimação dos problemas existentes, que, possivelmente, serão agravados este ano.

Num próximo artigo, nos ocuparemos do balanço da política econômica aplicada em 1977 e das perspectivas para o ano em curso, assim como dos debates mais importantes sobre a economia que atualmente têm lugar.

Tomás Galvão

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE VOZ OPERÁRIA